

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL**

ATO DO PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.855 DE 17 DE MARÇO DE 2026

**RECONHECE A APLICABILIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 6.373/2012 E
DETERMINA A APRESENTAÇÃO DE PCA E PRAD.**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL – CECA, DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em reunião de 17/03/2026, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/1995, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 48.690, de 14/09/2023, e pelo Decreto Estadual nº 46.890, de 23/12/2019,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº SEI-070005/000488/2023, referente ao requerimento de licenciamento ambiental da empresa **L2D MINERAÇÃO LTDA.** para a atividade de extração de areia em leito do Córrego dos Pocinhos, utilizando balsa e silo para a poligonal de 8,11 ha, Processo ANM nº 890.039/2023, localizada na Estrada Barra do Pirai Mendes nº 6486, Ipiranga, Município de Vassouras,
- a Lei Estadual nº 6.373, de 27/12/2012, alterada pela Lei Estadual nº 6.429/2013, de 05/04/2013, que dispõe sobre critérios gerais para licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil,
- o Parecer Técnico INEA/SERVLMEPPT/3217/2025, de 13/08/2025,

DELIBERA:

Art. 1º – Reconhecer a aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012 para a empresa **L2D MINERAÇÃO LTDA.** para a atividade de extração de areia em leito do Córrego dos Pocinhos, utilizando balsa e silo para a poligonal de 8,11 ha, Processo ANM nº 890.039/2023, localizada na Estrada Barra do Pirai Mendes nº 6486, Ipiranga, Município de Vassouras, determinando à mesma a apresentação de Plano de Controle Ambiental – PCA e Projeto de Recuperação da Área Degradada – PRAD.

Art. 2º – Encaminhar o processo ao INEA com vistas a DIRLAM/GERLIRH para o prosseguimento do licenciamento ambiental.

Art. 3º – Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2026

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR
Presidente